

Washington e as revoltas árabes: Sacrificar ditadores mas salvar o Estado

James Petras*

12/2/2011

"... A maior parte dos comentadores e jornalistas despejam toneladas de tinta acerca dos «dilemas» da potência estadunidense, com a novidade dos acontecimentos egípcios e dos pronunciamentos políticos diários de Washington," mas finge esquecer o longo e íntimo convívio das sucessivas administrações norte-americanas, indiferentemente de serem republicanas ou democratas, com as mais violentas e bárbaras ditaduras, incluindo a de Hosny Mubarak. E se agora procuram fazer crer que sacrificam Mubarak, o que só acontecerá se as massas o impuserem, é só para salvar o Estado de classe que lhe permita a manutenção da sua política e do statu quo.

O ponto essencial é que Washington, após várias de décadas de profundo envolvimento nas estruturas de Estado das ditaduras árabes, da Tunísia a Marrocos, Egito, Iémen, Líbano, Arábia Saudita e Autoridade Palestina, está a tentar reorientar as suas políticas para incorporar e/ou enxertar políticos liberais-eleitorais nas configurações de poder existentes.

Enquanto a maior parte dos comentadores e jornalistas despejam toneladas de tinta acerca dos «dilemas» da potência estadunidense, com a novidade dos acontecimentos egípcios e dos pronunciamentos políticos diários de Washington, há amplos precedentes históricos que são essenciais para entender a direção estratégica das políticas de Obama.

Antecedentes históricos

A política externa dos EUA tem uma longa história de instalação, financiamento, armamento e apoio a regimes ditatoriais os quais suportam suas políticas e interesses imperiais ao mesmo tempo que mantêm controlo sobre o seu povo.

No passado, presidentes republicanos e democratas trabalharam em estreito contacto durante mais de 30 anos com a ditadura Trujillo na República Dominicana; instalaram o autocrático regime Diem no Vietname pré-revolucionário na década de 1950; colaboraram com duas gerações da família Somoza em regimes de terror na Nicarágua; financiaram e promoveram os golpes militares em Cuba de 1953, no Brasil em 1964, no Chile em 1973 e na Argentina em 1976 e os subsequentes regimes repressivos. Quando levantamentos populares desafiaram estas ditaduras apoiadas pelos EUA e uma revolução social e política parecia poder ter êxito, Washington respondeu com uma política de três caminhos: publicamente a criticar as violações de direitos humanos e a advogar reformas democráticas; privadamente a assinalar a continuidade de apoio ao governante; e em terceiro lugar, a procurar uma alternativa de elite que pudesse substituir o dirigente e preservar o aparelho de Estado, o sistema económico e apoiar os interesses imperiais estratégicos dos EUA.

Para os EUA não há relacionamentos estratégicos, apenas interesses imperiais permanentes, a preservação do Estado cliente. As ditaduras assumem que o seu relacionamento com Washington é estratégico: daí o choque e horror quando são sacrificadas para salvar o aparelho de Estado. Temendo a revolução, Washington tem tido clientes déspotas relutantes, pouco desejosos de se afastarem, assassinados (Trujillo e Diem). Para alguns são proporcionados santuários no exterior (Somoza, Batista), outros são

* James Petras, Professor da Universidade de Nova Iorque, é amigo e colaborador de odiarrio.info.

pressionados à partilha de poder (Pinochet) ou nomeados académicos visitantes em Harvard, Georgetown ou algum outro posto académico «prestigioso».

O cálculo de Washington sobre quando reorganizar o regime baseia-se numa estimativa da capacidade do ditador para aguentar o levantamento político, a força e lealdade das forças armadas e a disponibilidade de uma substituição acomodatória. O risco de esperar demasiado, de colagem ao ditador, é que radicaliza o levantamento: a mudança decorrente varre para longe tanto o regime como o aparelho de estado, transformando um levantamento político numa revolução social. Tal «erro de cálculo» verificou-se em 1959 no avanço da revolução cubana, quando Washington ficou ao lado de Batista e não foi capaz de apresentar uma alternativa de coligação pró-EUA viável e ligada ao velho aparelho de Estado. Um erro de cálculo semelhante verificou-se na Nicarágua, quando o presidente Carter, enquanto criticava Somoza, manteve o curso e permaneceu passivo quando o regime era derrubado e as forças revolucionárias destruíam as forças militares treinadas pelos EUA e Israel, a polícia secreta, o aparelho de inteligência, avançaram na nacionalização de propriedade dos EUA e desenvolveram uma política externa independente.

Washington movimentou-se com maior iniciativa na América Latina da década de 1980. Promoveu transições eleitorais negociadas que substituíram ditadores por políticos neoliberais flexíveis, os quais se comprometeram a preservar o aparelho de Estado existente, defender as elites privilegiadas, externas e internas, e apoiar políticas regionais e internacionais dos EUA.

Lições do passado e políticas do presente

Obama tem sido extremamente hesitante na remoção de Mubarak por várias razões, mesmo quando o movimento cresce em números e o sentimento anti-Washington se aprofunda. A Casa Branca tem muitos clientes por toda a parte do mundo – incluindo Honduras, México, Indonésia, Jordânia e Argélia – que acreditam terem um relacionamento estratégico com Washington e perderiam confiança no seu futuro se Mubarak fosse descartado.

Em segundo lugar, as altamente influentes organizações pro - Israel nos EUA (AIPAC, os presidentes das principais organizações judias americanas) e o seu exército de escribas mobilizaram líderes do Congresso para pressionar a Casa Branca a continuar a apoiar Mubarak, pois Israel é o primeiro beneficiário de um ditador que está atravessado na garganta dos egípcios (e palestinos) e aos pés do Estado judeu.

Em consequência o regime Obama tem-se movido vagarosamente, sob o temor e a pressão do crescente movimento popular egípcio. Ele procura uma fórmula política alternativa que remova Mubarak, retenha e fortaleça o poder político do aparelho de Estado e incorpore uma alternativa eleitoral civil como meio de desmobilizar e desradicalizar o vasto movimento popular.

O principal obstáculo para remover Mubarak é que um sector importante do aparelho de Estado, especialmente os 325 mil membros das Forças Centrais de Segurança e os 60 mil da Guarda Nacional estão diretamente sob a alçada do Ministério do Interior e de Mubarak. Em segundo lugar, os generais de topo do Exército (468.500 membros) sustentaram Mubarak durante 30 anos e enriqueceram através do controlo de muitas companhias lucrativas num vasto conjunto de sectores. Eles não apoiarão uma qualquer «coligação» civil que ponha em causa seus privilégios económicos e o seu poder de estabelecer os parâmetros políticos de um qualquer sistema eleitoral. O comandante supremo dos militares egípcios é um antigo cliente dos EUA e um colaborador aquiescente de Israel.

Obama é resolutamente favorável a colaborar e a assegurar a preservação destes corpos repressivos. Mas também precisa convencê-los a substituir Mubarak e levar em conta um novo regime que possa neutralizar o movimento de massa que cada vez mais se opõe à hegemonia dos EUA e à subserviência a Israel. Obama fará todo o necessário para manter a

coesão do Estado e esvaziar quaisquer aberturas que possam levar a um movimento de massa – alianças de soldados que poderiam converter o levantamento numa revolução.

Washington abriu conversações com os sectores liberais e clericais mais conservadores do movimento anti-Mubarak. Começou por tentar convencê-los a negociar com Mubarak – um beco sem saída que foi rejeitado por todos os sectores da oposição, desde o topo até à base. Obama tentou então vender uma falsa «promessa» de que Mubarak não concorreria às eleições, dentro de nove meses.

O movimento e os seus líderes também rejeitaram aquela proposta. Assim Obama levantou a retórica de «mudanças imediatas» mas sem quaisquer medidas substantivas que a apoiassem. Para convencer Obama da sua base de apoio, Mubarak enviou a sua poderosa polícia secreta de gangster-lumpen para pela violência conquistar as ruas ao movimento. Um teste de força: o Exército ficou à parte, o assalto elevou a possibilidade de uma guerra civil com consequências radicais. Washington e UE pressionaram o regime Mubarak a recuar – por agora. Mas a imagem de militares pró-democracia foi manchada, pois os mortos e feridos contaram-se por milhares.

À medida que a pressão do movimento se intensifica, Obama pressionada em sentidos opostos, por um lado através do lobby Mubarak-Israel e os seus apoiantes no Congresso, por outro, por conselheiros com discernimento a apelarem para seguir as práticas do passado e a movimentar-se decisivamente para sacrificar o regime a fim de salvar o Estado enquanto a opção liberal-clerical, ainda sobre a mesa.

Mas Obama hesita e, como um crustáceo cauteloso, move-se de lado e para trás, acreditando que a sua própria retórica grandiloquente substitui a ação..., esperando que mais cedo ou mais tarde o levantamento termine com um mubarakismo sem Mubarak: um regime capaz de desmobilizar os movimentos populares e desejoso de promover eleições de que saiam eleitos que prossigam no geral a linha do seu antecessor.

No entanto, há muitas incertezas num rearranjo político: uma cidadania democrática, 83% desfavorável a Washington, possuirá a experiência de luta e liberdade para clamar por um realinhamento da política, especialmente pôr fim a um Estado-polícia que impõe o bloqueio israelense de Gaza e dá apoio aos fantoches dos EUA na África do Norte, Líbano, Iémen, Jordânia e Arábia Saudita. Em segundo lugar, eleições livres abrirão o debate a aumentarão a pressão para maior despesa social, a expropriação dos 70 mil milhões de dólares do império do clã Mubarak e dos capitalistas da pandilha que pilham a economia. As massas exigirão uma redistribuição da despesa pública do super inchado aparelho repressivo para emprego produtivo, gerador de emprego. Uma abertura política limitada pode levar a um segundo round, no qual novos conflitos sociais e políticos dividirão as forças anti-Mubarak, um conflito entre os advogados da social-democracia e os apoiantes de elite eleitoralismo neoliberal. O momento anti-ditatorial é apenas a primeira fase de uma luta prolongada rumo à emancipação definitiva, não apenas do Egito mas de todo o mundo árabe. O resultado depende da medida em que as massas desenvolverão a sua própria organização e líderes independentes.

07/Fevereiro/2011

Este artigo foi publicado em resistir.info/ .

(Fonte: <http://www.odiario.info>)